



A Venezuela pós-Nicolás Maduro

Por: Prof. Doutora Raquel de Caria Patrício | Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

A operação de extração de Nicolás Maduro marcou uma viragem na geopolítica venezuelana, revelando o confronto entre a influência dos EUA e a resiliência do regime. Delcy Rodríguez assume interinamente a presidência num cenário de fragilidade institucional, dependência militar e disputas internas. Este crescente intervencionismo norte-americano no Hemisfério Ocidental prefigura um sistema internacional pautado pelo possível regresso à velha fórmula das esferas de influência regionais, num mundo com contornos de perigosidade semelhantes aos vividos durante a Guerra Fria.

O sistema internacional está a alterar-se rapidamente, com o Direito Internacional a perder, cada vez mais, a sua relevância, sendo substituído por ações unilaterais e de força das grandes potências.

A operação de extração de Nicolás Maduro da Venezuela, pelas forças militares norte-americanas por ordem de Donald Trump, constitui mais um exemplo de ação unilateral das grandes potências. Apesar de se tratar da extração de um presidente autoritário, que impunha, ao seu país, um regime autoritário de desrespeito aos direitos humanos contra os próprios venezuelanos, a verdade é que a ação não deixa de levantar questionamentos sobre os princípios fundamentais da soberania estatal e do respeito pelo Direito Internacional, bem como sobre a legitimidade da intervenção, já que foi realizada sem mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas e sem autorização do governo venezuelano ou de qualquer instituição internacional. Não obstante, a luta pela democracia na Venezuela não parece ser a preocupação de Trump. Para já, e apesar do peso simbólico que tem a extração de Nicolás Maduro e da sua mulher Cilia Flores, o governo venezuelano permanece nas mãos daqueles que, há mais de dez anos, ocupam os principais cargos da Administração da Venezuela.

A Nova Geopolítica da Venezuela: entre Washington e o passado

Delcy Rodríguez, acusada pela líder da oposição e vencedora do Prémio Nobel da Paz de 2025, Maria Corina Machado, de ser uma das principais arquitetas da tortura, da perseguição, da corrupção e do narcotráfico, e que era vice-presidente de Maduro, assume agora o cargo de presidente interina da Venezuela. Pior do que Maduro em termos ideológicos, Delcy Rodríguez não deixa de ser uma marxista fria e calculista, que foi chefe dos Serviços de Inteligência da Venezuela, sendo

apoiada por apenas 14% dos venezuelanos.

Ademais, Delcy tem uma relação complicada com as Forças Armadas, sobretudo porque, quando foi ministra, negou o aumento salarial da corporação. E as Forças Armadas da Venezuela vivem, hoje, uma situação muito difícil, graças aos baixos salários. Um militar médio ganha cerca de USD 60 por mês, enquanto um general pode chegar aos USD 400, num país onde a cesta básica para uma família de quatro pessoas custa USD 550 por mês. Por décadas, os militares foram vistos como uma elite na sociedade venezuelana, mas hoje, a formação é considerada precária e apenas os jovens de baixo rendimento se alistam. Para suprir as vagas, que são muitas, o regime prepara uma lei para tornar o serviço militar obrigatório, ainda que a Venezuela conte, hoje, com um contingente militar de 340 mil homens e 2000 generais. Para se ter uma ideia, em termos comparativos, o Brasil, cujo contingente militar é considerado elevado, possui 360 mil homens e 300 generais.

Por isso, Delcy Rodríguez, sem respaldo explícito dos militares e sem o apoio popular, passou a depender de alianças internas do chavismo para se manter no poder. Por isso, também, aparece ladeada por Diosdado Cabello e Vladimir Padrino.

Considerado, desde sempre, o número 2 do chavismo, o ministro do Interior e da Justiça, Diosdado Cabello, mantém-se nessa posição no novo governo venezuelano. Mais próximo do nacionalismo militar do que da esquerda revolucionária, Cabello é responsável pela manutenção do autoritarismo na Venezuela. Ele concentra o controlo da Guarda Nacional, da polícia e da contrainteligência militar. Cabello é uma figura extremamente perigosa do governo venezuelano: é ele quem controla as milícias e é o vigilante das denúncias. Poderá, mesmo, vir a sabotar o plano norte-americano ...

... para a nova Venezuela e estar em permanente conspiração contra os EUA. Também o ministro da Defesa, Vladimir Padrino, desempenha um papel essencial. Quando chegou ao cargo, logo após a morte de Hugo Chávez (2013), as Forças Armadas estavam desarticuladas e Padrino, que não é um homem de confronto, conseguiu fazer com que os muitos grupos de poder que existiam dentro da formação coabitassem entre si, designando quotas financeiras e de poder para cada um desses grupos. Finalmente, o *novo* governo venezuelano conta com a figura daquele que se mantém como presidente da Assembleia Nacional (AN), Jorge Rodríguez, irmão de Delcy. Tendo estado durante anos ligado ao Conselho Nacional Eleitoral, é um dos principais articuladores políticos do regime, ao lado da irmã, e considerado o estrategista eleitoral do chavismo.

Não obstante os cargos fundamentais do governo venezuelano permanecerem nas mãos daqueles que já os ocupavam antes, com exceção de Delcy Rodríguez, demonstrando que o chavismo parece ainda forte na Venezuela, é bastante provável que a operação de extração de Maduro e de Cilia Flores tenha tido colaboração interna. Os mais de 109 mil militares não foram suficientes para evitar que Maduro fosse capturado. A rapidez da operação surpreendeu a população, que sempre viu, no apoio militar, a principal base de sustentação do chavismo. É verdade que Maduro nunca foi tão popular quanto Chávez, como aliás ficou demonstrado nas presidenciais de julho de 2024, em que o chavismo perdeu inclusive em zonas militares.

Em todo o caso, e pela primeira vez desde que Chávez assumiu o poder (1998), abriu-se espaço para suspeitas de colaboração interna. Seguramente, o paradeiro de Maduro e da sua mulher terá sido delatado por indivíduos do seu entorno político.

Segundo novas informações, confirmadas por fontes diplomáticas dos EUA e da Venezuela, terão ocorrido conversas sigilosas entre Delcy e Jorge Rodríguez com representantes da Administração Trump, meses antes da extração de Maduro.

O perfil pragmático de Delcy terá agradado aos negociadores norte-americanos. Por isso, ela passou a ser vista como uma interlocutora confiável, enquanto a Casa Branca não se convencia de que a oposição garantiria os seus interesses caso assumisse o governo.

A pergunta que se impõe agora é saber se Delcy Rodríguez cumprirá os acordos com a Administração Trump, ou se o modelo bolivariano sobreviverá.

Para já, é notória a escalada de violência nas ruas de

Caracas, onde atuam os coletivos, as milícias armadas de bairro. Por outro lado, a libertação dos presos políticos processa-se a conta-gotas. É importante ressaltar que o chavismo não fala em 'presos políticos', mas em 'presos'. Mas é claro que o anúncio de libertação desses presos, feito por Jorge Rodríguez, está a ser interpretado como a libertação de presos políticos, enquanto Delcy anunciou já a amnistia para todos os que pertencem à oposição.

O Plano Estratégico dos EUA para a Venezuela: Estabilização, Controlo e Reconstrução

Entretanto, Marco Rubio apresentou, no Congresso, o plano em três fases que os EUA têm para a Venezuela. O primeiro passo é a estabilização do país, porque, conforme afirmou Rubio, os EUA não pretendem que o país mergulhe no caos.

O Secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, disse que os EUA pretendem manter um controlo significativo sobre a indústria petrolífera venezuelana, incluindo a supervisão da venda da produção do país. Neste contexto, os EUA já combinaram com a Administração interina da Venezuela que vão tomar entre 30 a 50 milhões de barris de petróleo venezuelano, avaliados em USD 2.8 milhões. Essa quantidade de petróleo corresponde a todo o petróleo venezuelano que está retido desde que os EUA impuseram o bloqueio à Venezuela, em dezembro. Depois, os EUA vão comercializar esse petróleo. Por tempo indeterminado, os EUA venderão a produção venezuelana no mercado internacional, às taxas de mercado e não às taxas com os descontos de que a Venezuela beneficiava.

Vale ressaltar que a Administração Trump não deixou de considerar o regime venezuelano como narcoterrorista, mas isso não impede os negócios. Tanto que já houve uma primeira venda de petróleo venezuelano apreendido, calculada no valor de USD 500 milhões.

Chris Wright disse também que o valor gerado com essas vendas de petróleo será depositado em contas controladas pelos EUA, até ser transferido para a Venezuela, por forma a beneficiar os venezuelanos e não o regime. Caso isto se processe efetivamente desta forma e o fluxo de petróleo bruto continue, é provável que se traduza na diminuição dos preços da gasolina e do diesel para os consumidores norte-americanos, mantendo então sob controlo a pressão inflacionária – uma das prioridades da Administração Trump. O segundo passo será a recuperação económica, no sentido de garantir que os norte-americanos, o Ocidente e outras empresas tenham acesso ao mercado ...

... venezuelano de forma justa. Aqui, vale referir que Trump anunciou já que pelo menos USD 100 mil milhões serão investidos pelas grandes petrolíferas.

No entanto, algumas dúvidas se levantam. Em primeiro lugar, para investir na Venezuela, as petrolíferas seguramente buscarão garantias de que um governo estável esteja no poder no país. Em segundo lugar, mesmo investindo no país, os seus projetos demorariam anos para dar resultados. Trump argumenta que as petrolíferas norte-americanas podem reconstruir a infraestrutura petrolífera na Venezuela e que o país tem a maior reserva comprovada de petróleo do mundo. Aliás, Delcy Rodríguez já anunciou que fará reformas no setor dos hidrocarbonetos, com as quais espera facilitar a entrada de investimentos na área do petróleo, sobretudo em matéria de infraestrutura, e atender aos anseios das petrolíferas privadas, que garantem só fazer investimentos caso não sofram perdas, como as ocorridas com a nacionalização da indústria petrolífera na Venezuela.

A segunda fase inclui, ainda, o início do processo de reconciliação nacional dentro da Venezuela, de modo que as forças da oposição sejam amnistiadas e libertadas das prisões, ou trazidas para o país para começar a reconstruir a sociedade civil.

Aqui, poderá estar em causa o regresso dos oito milhões de refugiados venezuelanos no exterior. Poderá também estar em causa a difícil questão da amnistia dos militares. Deverão ser os venezuelanos a decidir sobre o futuro dos seus militares: se os vão julgar, como foi feito na Argentina, ou se os vão amnistiar, como foi feito no Brasil, depois dos regimes militares nos anos 1980. No fundo, é uma questão interna da Venezuela, porque a Trump o que lhe interessa é ter, no país, um governo alinhado aos seus interesses, que lhe permita ter acesso ao petróleo e aos minerais do país.

A terceira fase será a de transição de poder. Mas nem Rubio, nem Trump se têm referido ao resultado das eleições de julho de 2024, tampouco à possibilidade de eleições, falando apenas em transição.

A Expansão da Estratégia Norte-Americana no Hemisfério Ocidental

A verdade é que os interesses dos EUA são muito amplos. A extração de Nicolás Maduro parece ser apenas um primeiro passo, ou um aviso, para os restantes países latino-americanos, sobre as verdadeiras intenções de Donald Trump.

É evidente que o combate ao narcotráfico, por mais

pretexto que possa ter sido para a captura de Maduro, é de facto um dos objetivos de Trump. Afinal, se é verdade que o fentanil, um problema que afeta os EUA, não vem da Venezuela, mas sim da China, ele provém, também, do México. Tanto que, para além da operação contra o narcotráfico existente no Mar das Caraíbas, há também uma outra, no Pacífico, a Pacific Viper.

Os EUA pretendem também afastar, do país, as influências chinesa e russa. Trump pretende fazê-lo em relação a todo o Hemisfério Ocidental, como designa a América Latina, já que já ameaçou Cuba, a Colômbia e o México. Trump quer, em todos os países da região, governos pró-trumpistas e, assim, fala numa nova versão da Doutrina Monroe, que procurava afastar o colonialismo europeu das Américas, no final do século XIX, e renomeia esta doutrina para Doutrina Donroe, para lhe dar o seu cunho pessoal.

Através da Doutrina Donroe, Trump pretende afastar a China e a Rússia do seu Hemisfério Ocidental e resguardá-lo como esfera de influência dos EUA. Até porque, se a influência russa sobre a região é sobretudo ideológica, a da China tem um carácter marcadamente económico. As empresas e os bancos chineses investem pesadamente em países como o Peru, o Brasil e a Argentina e há, mesmo, no seio dos BRICS, projetos de desdolarização das suas transações.

O sistema internacional parece, desta forma, regressar à velha fórmula das esferas de influência, com o presidente Donald Trump a pretender resguardar o Hemisfério Ocidental para os EUA. É neste sentido que o mundo ganha, hoje, contornos de perigosidade semelhantes aos vividos durante a Guerra Fria e, com crises sobrepostas e os efeitos ampliados da sua interação, parece vivermos no mundo de “policrise” de Adam Tooze.

As opiniões expressas são pessoais e vinculam apenas o autor

Para além da Direção de Estratégia, a Direção de Supervisão e Compliance contribuiu para a elaboração deste documento através da revisão de conteúdos.

Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Sede Social: Av. João XXI, 63 - 1000-300 Lisboa

Capital Social € 9.300.000 - NIPC 502 454 563

www.caixagestaodeativos.pt

Esta informação é realizada com um objetivo informativo. Não constitui uma recomendação de investimento e não pode servir de base à compra ou venda de ativos nem à realização de quaisquer operações nos mercados financeiros assim como não deve ser considerado a base de qualquer tipo de contrato ou investimento que possa ser realizado. Na preparação do presente documento não foram considerados objetivos de investimento, situações financeiras ou necessidades específicos dos clientes, não tendo existido na sua elaboração a adequação da informação a qualquer investidor efetivo ou potencial nem ponderadas circunstâncias especificadas de qualquer investidor efetivo ou potencial.

A presente informação incorpora a visão desenvolvida pela Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. (empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos) e baseia-se em informação pública disponível e nas condições de mercados à data, proveniente de várias fontes que se creem credíveis, não sendo possível garantir que a mesma esteja completa ou precisa, estando sujeita a revisões, atualizações e alterações futuras sem aviso prévio. Não pode, assim, ser imputada qualquer responsabilidade à Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., por perdas ou danos causados pelo seu uso.

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura.

A presente informação não dispensa, de modo algum, a consulta dos Documentos Constitutivos dos Fundos disponíveis em www.cmvm.pt e www.caixagestaodeativos.pt.

Salvo autorização expressa da Caixa Gestão de Ativos, não está autorizada a publicação, duplicação, extração e transmissão destes conteúdos informativos. A Caixa Gestão de Ativos não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de alterar a integridade do conteúdo desta mensagem, resultante da sua transmissão eletrónica.



Caixa. Para todos e para cada um.



Caixa Gestão de Ativos